

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.077 - RS (2019/0273913-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : ELEANA MARIA BENEDUZZI
ADVOGADOS : TIAGO SANGIOGO - RS072814
PAULA ESCOBAR RILLO - RS078766
AGRAVADO : BANCO AGIBANK S.A
ADVOGADO : WILSON SALES BELCHIOR - RS101798A

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. EMPRÉSTIMO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. POSSIBILIDADE. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. VALOR ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DO MENSAL. SUFICIÊNCIA. SÚMULA 568/STJ.

1. Ação revisional de contrato de empréstimo.
2. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a cobrança de juros capitalizados nos contratos de mútuo é permitida quando houver expressa pactuação. Especificamente em relação aos juros capitalizados com periodicidade inferior a um ano está em pleno vigor o entendimento de que a previsão no contrato de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada (Súmula 541/STJ).
3. Agravo conhecido. Recurso especial conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ELEANA MARIA BENEDUZZ, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 06/07/2019.

Concluso ao gabinete em: 17/10/2019.

Ação: revisional de contrato de empréstimo ajuizada pela agravante, em face do BANCO AGIBANK S.A, em razão da pactuação de taxas de juros muito acima da média praticada no mercado.

Sentença: julgou improcedente a ação.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação da agravante, nos termos da ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS

Superior Tribunal de Justiça

BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. PESSOA FÍSICA.

- Os juros remuneratórios cobrados por instituições financeiras devem obedecer às estipulações do Conselho Monetário Nacional, por força do enunciado nº 596 da Súmula do STF. Consoante orientação emanada pelo Superior Tribunal de Justiça, nos moldes do art. 543-C do Código de Processo Civil (REsp. n. 1.061.530/RS), a caracterização da abusividade do contrato com relação aos juros remuneratórios depende da comprovação cabal de que estão sendo cobradas taxas que excedam significativamente a média de mercado. Incumbe ao devedor provar que o percentual pactuado discrepa da praxis do mercado. Caso em que restou caracterizada a abusividade alegada.

- Desde que prévia e expressamente pactuada, limitada ao somatório da taxa média de mercado, juros de mora de 1% e multa de 2% do valor da prestação é admissível a cobrança de comissão de permanência. Vedada a cobrança de outros encargos - moratórios e remuneratórios - concomitantemente à comissão de permanência, limitada à taxa da normalidade do contrato. Ausência de previsão de cobrança de comissão de permanência.

- Desde que pactuada, é possível a capitalização mensal de juros em contratos bancários celebrados após o advento da Medida Provisória n. 1.963-17/2000. Caso em que há previsão de capitalização mensal no contrato em revisão.

- Para que se dê a descaracterização da mora, faz-se necessária a averiguação da abusividade dos encargos contratados para o período de normalidade contratual, isto é, incidentes antes do período de inadimplência. Caso em que restou configurada abusividade, no período da normalidade, motivo pelo qual impositiva a descaracterização da mora.

APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. UNÂNIME (e-STJ fl. 213).

Recurso especial: alega dissídio jurisprudencial referente aos arts. 6º, 47, 46, 52, I, II, III, do CDC; e 28, § 1º, I, da Lei 10.931/04. Sustenta é abusiva a cobrança capitalizada de juros em razão da ausência de previsão contratual expressa nesse sentido. Aduz que houve mudança do entendimento do STJ, consubstanciado no acórdão do REsp 1.388.972/SC.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da Súmula 568/STJ

A jurisprudência do STJ é no sentido de que a cobrança de juros capitalizados nos contratos de mútuo é permitida quando houver expressa pactuação. Especificamente em relação aos juros capitalizados com periodicidade inferior a um ano, qual seja a hipótese dos presentes autos, está em pleno vigor o entendimento de que a previsão no contrato de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada (Súmula 541/STJ).

Nesse sentido:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." - "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

Superior Tribunal de Justiça

4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.

(REsp 973.827/RS, 2ª Seção, DJe 24/09/2012)

Desse modo, encontrando-se o entendimento da Corte de origem em consonância com a jurisprudência deste Tribunal, não há que falar na alteração do julgado. Incidência da Súmula 568/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, mantenho o valor das custas e honorários anteriormente fixados em 10% sobre o valor da causa (e-STJ fls. 226), redistribuídos na proporção de 60% para a parte agravante e 40% para o agravado, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora